

Comissão acha mais de 100 erros na Carta

BRASÍLIA — Numa Constituição que tem 322 artigos (245 permanentes e 77 provisórios), a Comissão de Redação já encontrou nada menos que 108 erros. Esse foi o número de modificações feito na Carta após seu primeiro turno de trabalho. Na segunda e terça-feiras da semana que vem, a Comissão se reúne novamente, e não será surpresa se o número de modificações de redação ultrapassar mesmo o número de artigos. Apenas o filólogo Celso Cunha tem 237 correções a apresentar.

Nem todas as modificações são apenas de redação. Ontem, foram encontradas ainda outras alterações de mérito, que passaram despercebidas durante os trabalhos da comissão. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) acredita ter descoberto no texto uma concessão aos marajás. No artigo 27, parágrafo 2º, que trata da remuneração dos deputados estaduais, foi retirada a remissão ao artigo 37, inciso XI. Esse inciso fixava como limite máximo, no âmbito dos respectivos poderes, os valores recebidos pelos membros do Congresso Nacional, ministros do Supremo Tribunal Federal e ministros de Estado. "A retirada dessa remissão pode significar que os deputados estaduais deixam de ter como limite para os seus salários os salários dos deputados federais. Vamos fazer voltar isso", prometeu Vivaldo Barbosa. Para isso, o PDT enviará emenda de redação.

As principais alterações feitas pela Comissão de Redação são as seguintes:

Remuneração dos deputados estaduais — Retirado o limite dos salários dos deputados federais.

Número de vereadores — Nas cidades com mais de cinco milhões de habitantes, o número mínimo passou de 33 para 42.

Imposto de renda — O presidente, o vice e os ministros de Estado também ficam obrigados a pagar imposto.

Estado de defesa — No texto aprovado no segundo turno, o dispositivo podia ser decretado em

caso de "calamidade natural". Modificou-se para "calamidade de grandes proporções na natureza", o que inclui catástrofes como um acidente nuclear.

Minas — A palavra "minas" foi retirada do artigo que dispõe sobre os bens da União. A argumentação é que mina pode ser considerada sinônimo de jazida (a mina é a jazida explorada). A esquerda considera que tal supressão pode vir a permitir que a exploração mineral seja feita por empresa multinacional. "Se a mina não for propriedade da União, o seu concessionário, que passa a ser seu proprietário, pode bem vendê-la para uma multinacional", imaginou o deputado José Genoíno (PT-SP).

Taxas de juros — Transformada de inciso do artigo 192 em parágrafo. Como inciso, dependia de lei; como parágrafo, deverá ser auto-aplicável, na interpretação da maioria dos constituintes.

Direitos dos militares — Os direitos trabalhistas dos militares haviam sido esquecidos. Agora, eles têm cinco: férias, 13º salário, direito-paternidade, direito-maternidade e salário-família.

Juiz de Paz — Foi colocada a idade mínima de 21 anos para ser juiz de paz. A explicação é de que, a partir da promulgação da Constituição, os juizes de paz passarão a ser eleitos e se precisava, portanto, de um mínimo de idade para as candidaturas.

CAMPANHA

Alguns dos articuladores da campanha de Ulysses Guimarães à Presidência da República, como os deputados Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, e Fernando Gasparian (PMDB-SP), admitem que a promulgação da Constituição será um pré-lançamento da sua candidatura, com toda a pompa e circunstância que a oportunidade permite. A solenidade será às 15h30, no plenário da Câmara, e já foram convidadas duas mil pessoas, de parentes de deputados e senadores brasileiros a personalidades internacionais.



José Paulo/AE

Leônidas: nenhum país vive sem conselho de segurança



José Paulo/AE

Ivan, à saída da reunião dos ministros militares

Leônidas acha bom texto sobre a ordem

BRASÍLIA — O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, disse ontem considerar "muito bom" o fato de, pela nova Constituição, as Forças Armadas poderem ser convocadas também pelo Poder Legislativo, para manter a lei e a ordem. Para Leônidas, o assunto nem é "passível de discussão", pois está "perfeitamente definido no texto".

O ministro criticou os parlamentares que manifestaram preocupação quanto à possibilidade de "qualquer calamidade" provocar uma intervenção imediata dos militares, devido à redação dos dispositivos constitucionais que tratam do estado de defesa. "Li nos jornais e fiquei surpreso pelo fato de alguém achar que greve pode ser considerada calamidade", comentou.

Leônidas fez as declarações depois de reunião de quatro horas com os demais ministros militares, na sede do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), na qual foram discutidas as leis complementares — mais de 20 —, cuja aprovação eles defendem. "Quanto mais rápido saírem as leis complementares, melhor será, porque este país precisa ser submetido, a um sistema legal em todos os aspectos", afirmou.

São 149 os itens de interesse militar na nova Constituição. Entre os que os ministros pretendem modificar por meio de legislação complementar, segundo fonte de um dos ministérios, está a nova regulamentação para a prestação de serviço militar (com a criação do serviço alternativo).

Quanto à opinião dos militares sobre a nova Constituição, Leônidas afirmou: "O contrato de

casamento está feito. Vamos ver como será a vida conjugal". O ministro previu a ocorrência de "pontos altos, róseos e felizes", mas não afastou a possibilidade de "atritos". Indagado sobre a possibilidade de um "divórcio", sorriu e respondeu: "Divórcio é uma coisa prevista em lei".

SENDO DE JUSTIÇA

Segundo o ministro, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) não perdeu seus poderes no novo texto constitucional. Em sua opinião, há "interpretações errôneas" quanto às atribuições do CSN. Nenhum país, destacou, vive sem um conselho de segurança: "Segurança nacional não é doutrina, é um conceito. Todos nós queremos segurança e o País também". Sobre a decisão da Comissão de Redação da Constituinte de estender aos militares alguns dos benefícios concedidos aos servidores públicos civis, disse que "equidade é muito saudável, pois dá senso de justiça e não determina revolta".

Da reunião no EMFA participaram, além de Leônidas, Henrique Sabóia, ministro da Marinha; Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica; Valbert Liseux, do EMFA; Ivan Mendes, do Serviço Nacional de Informações (SNI) e Bayma Denys, do Gabinete Militar. Segundo o ministro do Exército, os ministérios militares participaram da elaboração das leis complementares da mesma forma como foi feito durante a preparação da nova Constituição: farão sugestões ao Palácio do Planalto, que, por sua vez, as encaminhará, em forma de projeto, para a aprovação do Congresso Nacional.



Protásio Nêne/AE

Passarinho e Lucena, na sessão de ontem do Senado

Promessa reabre os trabalhos

A pauta de votações do Senado foi desobstruída ontem à tarde, depois que o presidente Sarney assumiu o compromisso de enviar, "em menos de uma semana", uma autorização de crédito de 60 milhões de OTNs (cerca de Czs 144 bilhões) para o governo da Bahia. A promessa de Sarney convenceu o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) a não mais paralisar as votações. Desfeito o que o próprio presidente chamou de "lamentável equívoco", o governo retirou de tramitação no Senado o projeto de empréstimo, que havia sido enviado por existência de uma dupla exposição de motivos.

As votações dos empréstimos a outros estados e municípios foram feitas simbolicamente, através de acordo de lideranças. Fo-

ram aprovados 19 pedidos, no valor total de 98 milhões de OTNs (cerca de Czs 235 bilhões). Os senadores aprovaram ainda a autorização de endividamento externo de Minas Gerais, num crédito de US\$ 48,5 milhões.

De Salvador, o governador Waldir Pires enviou telegrama ao presidente Sarney, dizendo esperar o cumprimento da promessa de resolver o problema da liberação de verbas do governo federal para a Bahia. Waldir afirmou ainda que não há razões pessoais para impedir o relacionamento administrativo correto entre ele e o presidente. Em sua opinião, no entanto, a liberação do dinheiro não ocorreu antes "por estranhas dificuldades". Ele não especificou os motivos que, em sua opinião, prejudicaram a liberação.